



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 145

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 13 DE OUTUBRO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 14 de outubro de 1966, às 10 horas

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 14, de 1966 (C.N.), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 65.000.000, em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para obras constantes do Programa de Construção, Pavimentação e Restauração de Rodovias do Plano Nacional de Viação para 1966:

Publicado no D.C.N. Seção II de 7-10-66

Republicado por ter saído com incorreções:

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 71, § 3º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 45, DE 1966

Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma ao 3º Sargento do Exército João Peixoto Martins.

Art. 1º E' tornado definitivo o registro, de 15 de dezembro de 1963, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma ao 3º Sargento do Exército João Peixoto Martins, por incapacidade física verificada em 23 de dezembro de 1957, resultante de acidente em serviço.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de setembro de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Publicado no D.C.N. de 7-10-66

Republicado por ter saído com incorreções:

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 71, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Vivaldo Lima, 2º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 49, DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato, de 24 de agosto de 1948, celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola em Minas Gerais, do Ministério da Agricultura, e Juscelino Ribeiro da Fonseca.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas, de 26 de novembro de 1948, denegatório de registro ao contrato, de 24 de agosto de 1948, celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola em Minas Gerais, do Ministério da Agricultura, e Juscelino Ribeiro da Fonseca, para a execução de obras no posto Agropecuario de Januária.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de outubro de 1966.

VIVALDO LIMA
2º Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

ATA DA 6ª REUNIAO, EM 12 DE OUTUBRO DE 1966

4ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DO SR. JOAO ABRAHAO

As 15 horas acham-se presentes os Senhores Senadores:

Edmundo Levi
Arthur Virgilio
Aurelio Viana
João Abrahão — 4.

O SR. PRESIDENTE:

(João Abrahão) — Nos termos do art. 46, § 3º, do Regimento Interno, assumo a Presidência.

A lista de presença acusa o comparecimento de apenas quatro Senhores Senadores, número insuficiente para a abertura de sessões ordinárias.

Ainda na forma regimental, o expediente encaminhado à mesa terá o devido destino.

Por falta de quorum o Senado também não realizou sessão na data de ontem.

Vou encerrar a presente reunião, designando para a sessão de amanhã a seguinte

Sessão em 13 de outubro de 1966

(Quinta-feira)

1

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1966 (de autoria do Sr. Senador Guido Mondin), que dá nova redação aos arts. 119 e 120 do Código Penal que dispõem sobre a reabilitação criminal (projeto aprovado em primeiro turno, na sessão de 15-9-66, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça), tendo Parecer nº 968, de 1966, da Comissão de Redação, com a redação do vencido em 1º turno.

SENADO FEDERAL

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 250, de 1966 (nº 3.833-A-66 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria cargos na carreira do Ministério Público do Distrito Federal e da outras providências, tendo

Parecer favorável da Comissão Mista, proferido na fase de tramitação na Câmara, oralmente, pelo Sr. Deputado Celestino Filho.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 227-66 (nº 3.796-A-66, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Serviço de Navegação da Baía de Prata a alienar os bens

imóveis que especifica de sua propriedade, e da outras providências, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 840 e 941, de 1966:

- da Comissão de Finanças.
- da Comissão de Finanças.

Expediente despachado, nos termos do art. 197, § 3º, do Regimento Interno.

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPUBLICA

(De 6 do mês em curso)

I — Agradecimento de comunicações referentes ao pronunciamento do Congresso Nacional sobre veto presidenciais:

Nº 365-66 (nº de origem 671) — com referência ao veto ao Projeto de Lei nº 76-66, no Senado e nº 2.093-B-64, na Câmara, que inclui a Associação dos Servidores do Departamento Federal de Segurança Pública entre as

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

aplicação correção Brasília em atos jurídicos perfeitos e acabados, até porque me falece competência para tanto. Reafirmo, não obstante, como de meu dever, necessidade vital correção monetária para o perfeito desenvolvimento Plano Habitacional Brasileiro, coloco ao dispor Vossa Excelência declarações concedidas naquela oportunidade, reiteradas entrevistas concedida essa capital quatorze corrente, objetivando ratificar meu pensamento, que sempre se orientou, de resto, no sentido do total e sempre devido acatamento e apreço decisões Congresso Nacional. Saudações atenciosas Mario Trindade.

Telegrama Senador Moura Andrade De Ribeirão Preto — SP Senado Federal — Brasília.

Data: 23-9-1966.
Comunico Vossência último dia 21 fui barbaramente espancado, algemado, preso, arrancado interior prédio meu escritório advogado Cidade Ribeirão Preto, policiais-Fôrça Pública Estado São Paulo não respeitaram imunidades parlamentares nem condição humana cidadão pt sds Orlando Jurca Deputado Estadual.

OFÍCIOS

Dr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

Projeto de Lei da Câmara
Nº 262, de 1966

(Nº 1.622-B-63, NA ORIGEM)

Proíbe a entrada no País de máquinas e maquinismos sem os dispositivos de proteção e segurança do trabalho exigidos na Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As máquinas ou maquinismos que, pela periculosidade inerente

ao seu uso, devam ser munidas de guarda protetora contra os acidentes do trabalho, somente poderão ser importadas e desembarcadas nas alfândegas, tendo livre trânsito no País, se da fatura de embarque constar a declaração consular de que satisfazem as condições de segurança e proteção exigidas pela Repartição Internacional do Trabalho.

Parágrafo único. A declaração consular somente será fornecida se o embarcador, vendedor ou fabricante apresentar, passado pelo serviço competente do país onde se fizer o embarque, atestado de que as máquinas ou maquinismos obedecem às condições estabelecidas neste artigo.

Art. 2º Quando não houver a declaração consular de que trata o artigo anterior, o desembarque dos citados maquinismos somente será efetuado após a vistoria procedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, que, no caso de as máquinas não oferecerem a proteção necessária, exigirá a colocação dos mecanismos de segurança.

Art. 3º Nos locais em que o Ministério do Trabalho e Previdência Social não tiver órgão competente em higiene e segurança do trabalho, poderá delegar a fiscalização dos requisitos exigidos na presente lei aos órgãos próprios das repartições federais, autárquicas, paraestatais, estaduais ou municipais.

Art. 4º Dentro de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta lei, serão expedidos pelo Poder Executivo os regulamentos e demais atos que se tornem necessários à sua execução.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Legislação Social e de Indústria e Comércio.

Projeto de Lei da Câmara

Nº 263, de 1966

(Nº 2.959-A/65, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o crédito especial de Cr\$ 301.983 (trezentos e hum mil novecentos e oitenta e três cruzeiros), para atender ao pagamento de gratificação pela execução de serviço de natureza especial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o crédito especial de Cr\$ 301.983 (trezentos e hum mil novecentos e oitenta e três cruzeiros), para atender ao pagamento de gratificação pela execução de serviço de natureza especial, com risco de vida ou saúde, no exercício referente a 1963 (Verba 1.0.00 — Consignação 1.1.00 — Subconsignação 1.1.18).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara

Nº 264, de 1966

(Nº 2.514-A/65, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — crédito especial para pagamento de exercícios findos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 116.302,30 (cento e dezesseis mil trezentos e dois cruzeiros e trinta centavos), para pagamento de exercícios findos relativos a gratificação adicional por tempo de serviço.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo

Nº 51, de 1966

(Nº 290-A/66, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o Acórdão Sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica, celebrado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, assinado em La Paz, aos 11 de janeiro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Acórdão Sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica, celebrado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Bolívia, assinado em La Paz, aos 11 de janeiro de 1966.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

entidades consignatárias de que trata o art. 5º da Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre consignação em folha de pagamento. (Veto mantido pelo Congresso);

Nº 366-66 (nº de origem 672) — com referência ao veto ao Projeto de Lei nº 103-66, no Senado e nº 3.580-B-66, na Câmara, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências. (Veto mantido pelo Congresso);

Nº 372-66 (nº de origem 678) — com referência ao veto ao Projeto de Lei nº 150-66, no Senado e nº 3.649-B-66 na Câmara, que dispõe sobre a inscrição como solicitador-acadêmico na Ordem dos Advogados do Brasil. (Veto mantido pelo Congresso);

II — Agradecimento de comunicações sobre aprovação de nomes escolhidos para cargos cujo provimento depende de prévia aquiescência do Senado;

Nº 363-66 (nº de origem 669) — com referência à escolha do Diplomata Mário Gibson Alves Barbosa para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Paraguai;

Nº 364-66 (nº de origem 670) — com referência à escolha do Diplomata Roberto Luiz Assumpção de Araújo, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia;

Nº 367-66 (nº de origem 673) — com referência à escolha do Doutor Luiz Carlos Vieira da Fonseca, para o cargo de Diretor do Banco Nacional de Habitação;

Nº 368-66 (nº de origem 674) — com referência à escolha do Doutor Cláudio Luiz Pinto, para o cargo de Diretor-Suplente do Banco Nacional de Habitação;

Nº 369-66 (nº de origem 675) — com referência à escolha do Diplomata Frederico Chermont Lisboa, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Tunísia;

Nº 370-66 (nº de origem 676) — com referência à escolha do Sr. José Roberto de Andrade Pinto do Rego Monteiro, para o cargo de Diretor do Banco Nacional de Habitação;

Nº 371-66 (nº de origem 677) — com referência à escolha do Diplomata Jayme de Souza Gomes para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Reino da Noruega.

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — Do Ministro da Justiça e Negócios Interiores:

Ofício nº G-1.987, de 4 do mês em curso — com referência ao Requerimento nº 308-66, do Sr. Senador José Ermirio.

II — Do Ministro da Saúde:

Aviso GB nº 1.279, de 7 do mês em curso — com referência ao Requerimento nº 302-66, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

Do Ministro da Fazenda — (Avisos de 10 do mês em curso):

Nº GB-422 — com referência ao Requerimento nº 250-66, do Sr. Senador Aurélio Vianna;

Nº GB-423 — com referência ao Requerimento nº 214-65, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar.

TELEX

Mensagem para Senador

Auro Soares de Moura Andrade

Presidente do Congresso Nacional

Senado Federal Brasília DF.

Face distorções havidas noticiário imprensa, relativas entrevista por mim concedida recentemente formais cartolas, solicito Vossa Excelência esclarecer seus ilustres pares Congresso Nacional, pelos meios que fulear conveniente, real teor de minhas declarações. Jamais afirmei retroatividade

MENSAGEM Nº 501, DE 1966, DO
PODER EXECUTIVOSenhores Membros do Congresso
Nacional:

De acordo com o artigo 66, inciso 1, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o incluso Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Bolívia, assinado em La Paz, em 11 de janeiro de 1966.

Brasília, em 16 de agosto de 1966.
— H. Castello Branco.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DCA/DAM.DAL/207/592.30(31) DO
MINISTERIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES

Em 29 de julho de 1966

A Sua Excelência o Senhor

Marcelo Humberto de Alencar
Castello Branco, Presidente da República.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica, assinado em La Paz, em 11 de janeiro de 1966, entre os Governos do Brasil e da Bolívia.

2. O referido acordo, semelhante ao assinado com o Paraguai, recebeu a aprovação da Comissão Deliberativa da Comissão Nacional de Energia Nuclear e do Conselho de Segurança Nacional.

3. Em vista do exposto, creio, Senhor Presidente, que o Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre os dois países merece a aprovação do Poder Legislativo e, para esse fim, junto à presente sete cópias autenticadas de seu texto, e um projeto de Mensagem Presidencial, a fim de que Vossa Excelência, se assim houver por bem, se digne submetê-lo ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 66, inciso I, da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — Juracy Magalhães.

ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO NO
CAMPO DOS USOS PACÍFICOS
DA ENERGIA ATÔMICA ENTRE
A REPÚBLICA DOS ESTADOS
UNIDOS DO BRASIL E A RE-
PÚBLICA DA BOLÍVIA.

Os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Bolívia, movidos pelo desejo de animar, por todos os meios ao seu alcance, o desenvolvimento de uma cooperação mais eficaz entre os dois países;

Convinçados de que a vontade dos dois Governos é a de incrementar ainda mais as estreitas relações de amizade que unem o Brasil e a Bolívia;

Considerando que o progresso do Continente americano, no campo dos usos pacíficos da energia nuclear dependendo, em grande parte, da colaboração entre as nações americanas, para unir esforços e coordenar programas de ação;

Considerando que as recomendações formais da Comissão Interamericana de Energia Nuclear dão a esse princípio de auxílio mútuo uma importância fundamental;

Considerando que os Estados Unidos do Brasil e a Bolívia já colaboram entre si em vários aspectos do emprego pacífico da energia nuclear; e que é conveniente formalizar essa

colaboração, a fim de torná-la mais eficaz e frutífera.

Resolvem celebrar um Acordo, inspirado nestes altos propósitos e, para tal finalidade, nomeiam seus plenipotenciários

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, ao Senhor Professor Luiz Cintra do Prado, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e

O Presidente da República da Bolívia, ao Excelentíssimo Senhor Coronel Joaquim Zenteno Anaya, Ministro das Relações Exteriores e Culto.

Que, depois de exibirem os seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma,

Convieram nas disposições seguintes:

Artigo I

As Altas Partes Contratantes convêm em prestar-se mutuamente a mais ampla assistência em todos os aspectos da aplicação da energia atômica para fins pacíficos.

Artigo II

As Altas Partes Contratantes encargarão as suas respectivas comissões nacionais de energia atômica da elaboração de um programa conjunto de cooperação nesse setor, tomando em consideração os seguintes pontos principais:

- Intercâmbio de informações e idéias;
- Formação e aperfeiçoamento do pessoal técnico e profissional;
- Assistência técnica e financeira;
- Coordenação da política das respectivas comissões nacionais, à luz das responsabilidades que têm o Brasil e a Bolívia, como Membros das Nações Unidas, da Agência Internacional de Energia Atômica e da Organização dos Estados Americanos.

Artigo III

O presente Convênio será ratificado após satisfeitas as formalidades constitucionais vigentes em cada uma das Partes Contratantes e entrará em vigor trinta dias após a troca dos Instrumentos de ratificação, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro no mais breve prazo possível.

Cada uma das Altas Partes Contratantes poderá denunciá-lo a qualquer momento, cessando, porém, os seus efeitos, trinta dias após a denúncia.

Em fé do que, os Plenipotenciários supra mencionados firmam e selam o presente Convênio em dois exemplares, um em português e outro em espanhol.

Feito na cidade de La Paz, Capital da República da Bolívia aos onze dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e seis.

As Comissões de Relações Exteriores, de Segurança Nacional, de Educação e Cultura e de Finanças.

EXPEDIENTE RECEBIDO

Comunicação de Eleição e Posse:

- Do Governador do Estado do Acre;
- Do Prefeito Municipal de Obidos, PA;
- Do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda;
- Do Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Diversos Assuntos:

- Das Câmaras Municipais de Palmares e Pesqueira, PE, manifestando profundo pesar pelo falecimento do Senador Barros Carvalho;
- Da Câmara Municipal de Recife, PE, congratulando-se com o Senado pela aprovação do novo Código Nacional do Trânsito;

— Da Diretoria da Associação das Servidores da Agricultura, RJ, fazendo apelo no sentido de ser suprimido o art. 92 do Código da Caça e Pesca;

— Do Sr. Amaury Laranjeiras Carmo e outros proprietários manifestando-se contrários ao congelamento dos aluguéis de imóveis residenciais;

— Do Prefeito Municipal de Nozsa Senhora das Dóres, SE, comunicando a renúncia de seu cargo;

— Da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, SP, fazendo apelo no sentido de que, ao ser adotada a unificação da Previdência Social seja evitado o disposto no art. 27 do res-

pectivo projeto, a fim de que não seja extinto o SAPS;

— Da Câmara Municipal de Lorenna, SP, fazendo apelo no sentido da construção da BR-159;

— Da Câmara Municipal de Ribeirão Bonito, SP, fazendo apelo no sentido da aprovação do projeto que dispõe sobre o novo sistema tributário nacional;

— Do Congresso das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul solicitando o pagamento atada este ano das cotas partes dos impostos de rendas das Prefeituras Municipais;

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 66, DE 7 DE
OUTUBRO DE 1966

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve suspender por 15 dias, por falta grave, e tendo em vista a representação do Senhor Secretário-Geral da Presidência, o servidor José Nilo Filho, Auxiliar de Portaria, PL-9, nos termos do art. 208, da Resolução nº 6, de 1960, a partir da data da publicação.

Brasília, 7 de outubro de 1966. —
Eduardo Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Resenha dos trabalhos legisla-
tivos do Senado Federal du-
rante o mês de setembro
de 1966ORGANIZADA PELA SINOPSE DA
SEÇÃO DO PROTOCOLO GERAL
DO SENADO FEDERAL

A SANÇÃO

Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1966 — (número no Senado) — Projeto de Lei nº 2.824-B de 1961 — (número na Câmara). — Dispõe sobre a nomeação e a admissão de servidores e empregados da União, das Autarquias e de outras entidades, e de outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 1966 — (número no Senado).

Projeto de Lei nº 3.674-B de 1966 — (número na Câmara). — Isenta do imposto de consumo, de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, os Aparelhos de Raios X e o equipamento fotográfico para revelação de Raios X importados pela Sociedade Beneficente de Senhoras, do Hospital Srio-Libanês, de São Paulo — Capital.

Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 1966 — (número no Senado).

Projeto de Lei nº 3.681-B de 1966 — (número na Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 183.410.652 (cento e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros), para atender a despesas decorrentes das eleições de 1962.

(Apresentado pela Mensagem número 299-66 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 1966 — (número no Senado).

Projeto de Lei nº 3.482-A-66 — (número na Câmara) — Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — do crédito suplementar de Cr\$ 1.043.008.000 (um bilhão quatrocentos e três milhões e oito mil cruzeiros) para atender a despesas com o pagamento de vencimentos a juizes e funcionários do mesmo Tribunal.

Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 1966 — (número no Senado).

Projeto de Lei nº 1.920-B-61 — (número no Senado).

Projeto de Lei nº 1.920-B de 1964 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 107.609.80 (cento e sete mil seiscentos e noventa e nove cruzeiros e oitenta centavos), destinado ao pagamento de servidores do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Ministério da Educação e Cultura.

(Apresentada pela Mensagem nº 91 de 1964 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 183, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 2.128-B-60 — (número na Câmara). — Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.600.000.000 (dois bilhões de cruzeiros), destinado às obras do novo aeroporto internacional de Brasília.

Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 2.335-B-65 — (número na Câmara). — Isenta as instituições filantrópicas da contribuição de 1% (um por cento), de que trata o artigo 22 da Lei nº 4.389, de 21 de agosto de 1964, que cria o Banco Nacional de Habitação.

Projeto de Lei da Câmara nº 190, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 4.013-B-64 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 600.000 (seiscentos mil cruzeiros), para atender a despesas relacionadas com o comprometimento do Brasil à XXXII Feira Internacional de Milão.

Projeto de Lei da Câmara nº 195, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 4.852-B-59 — (número na Câmara). — Dispõe sobre as zonas indispensáveis à defesa do País e de outras providências.

(Apresentado pela Mensagem nº 203, de 1963 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 196, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 2.676-B-61 — (número na Câmara). — Autoriza a Rede Ferroviária Federal S.A. a ceder terreno à Sociedade de Pediatria de Pernambuco, sediada em Recife, para construção de sua sede própria.

(Apresentado pelo Senhor Deputado Arruda Câmara).

Projeto de Lei da Câmara nº 197, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.683-A-66 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.961.376,19 (dois milhões novecentos e sessenta e um mil, trezentos e setenta e seis cruzeiros e dez centavos), para atender a despesas com pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Projeto de Lei da Câmara nº 199, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.790-A-66 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunais Regionais Eleitorais do Rio Grande do Sul, do Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais — o crédito especial de Cr\$ 285.180,30 (duzentos e oitenta e cinco mil cento e oitenta cruzeiros e trinta centavos), para atender às despesas correspondentes aos exercícios de 1968 e 1969.

Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.566-C-66 — (número na Câmara). — Altera o item XI do art. 1º da Lei nº 4.760, de 23 de agosto de 1965.

Projeto de Lei da Câmara nº 201, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.735-A-66 — (número na Câmara). — Prorroga os prazos previstos na Lei nº 4.641, de 27 de maio de 1965, que dispõe sobre os cursos de teatro e regulamenta as categorias profissionais correspondentes. (Apresentado pela Mensagem nº 369, de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 202, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.736-A-66 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de despesas com a movimentação de pessoal do Departamento do Imposto de Renda, em 1965.

(Apresentado pela Mensagem nº 368, de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 203, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.738-A-66 — (número na Câmara). — Isenta do imposto de importação equipamento importado por Móveis Vogue Ltda. — Indústria e Comércio — destinado à sua associada Placas do Paraná Ltda.

(Apresentado pela Mensagem nº 387, de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 204, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.739-A-66 — (número na Câmara). — Autoriza a reinversão na Companhia Siderúrgica Nacional, sob a forma de ações de capital, dos dividendos que couberem à União, em cada exercício social.

(Apresentado pela Mensagem nº 386, de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 205, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.740-A-66 — (número na Câmara). — Modifica a redação do artigo único da Lei nº 781, de 17 de agosto de 1949, que institui o Dia Nacional de Ação de Graças.

(Apresentado pela Mensagem nº 388, de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 206, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.741-A-66 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 62.704.650 (sessenta e dois milhões setecentos e quatro mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros), para pagamento de percentagens aos Procuradores da República, lotados no Distrito Federal.

(Apresentado pela Mensagem nº 383, de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 207, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.742-A-66 — (número na Câmara). — Concede pensão especial à pintora Guiomar Fagundes.

(Apresentado pela Mensagem nº 385, de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 208, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.743-A-66 — (número na Câmara). — Estende aos exercícios

de 1967 e 1968 a vigência e aplicação do crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), autorizado pela Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964.

(Apresentado pela Mensagem nº 384, de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 209, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.748-A-66 — (número na Câmara). — Altera o § 2º do artigo 4º da Lei nº 4.096, de 18 de julho de 1962, que dispõe sobre a importação de animais de puro sangue, de carreira.

(Apresentado pela Mensagem nº 403, de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.747-A-66 — (número na Câmara). — Altera o art. 5º da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores.

(Apresentado pela Mensagem nº 402, de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 212, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.231-B-65 — (número na Câmara). — Altera a denominação do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, para Escola Nacional de Museologia Gustavo Barroso.

(Apresentado pelo Senhor Deputado Nelson Carneiro).

Projeto de Lei da Câmara nº 214, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 1.883-B-64 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 39.926.200 (trinta e nove milhões novecentos e vinte e seis mil e duzentos cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da realização, em Brasília, do Seminário da CEPAL de Peritos Governamentais em Comércio Exterior.

(Apresentado pela Mensagem nº 1, de 1964 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 219, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.896-B-62 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 351.165,80 (trezentos e cinquenta e um mil cento e sessenta e cinco cruzeiros e oitenta centavos), para pagamento das despesas com instalação, aluguel e manutenção de Circuitos de Telex, localizados no Gabinete do Ministro e na Agência Nacional.

Projeto de Lei da Câmara nº 228, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.797-A-66 — (número na Câmara). — Concede pensão mensal especial a Dª Constança Mangabeira, viúva do Professor João Mangabeira.

(Apresentado pela Mensagem número 453-66 — Poder Executivo.)

Projeto de Lei da Câmara nº 234, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.807-A-66 — (número na Câmara). — Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal, do crédito especial de Cr\$ 309.835.759 (trezentos e nove milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta e nove cruzeiros) para regularização de despesas efetuadas nos exercícios de 1963 e 1964.

(Apresentado pela Mensagem número 462-66, — Poder Executivo.)

Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 3.830-A-66 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho das 2ª e 4ª Regiões, o crédito suplementar de Cr\$ 3.026.400.000 (três bilhões, vinte e seis milhões e quatrocentos mil cruzeiros), destinado a suprir as insu-

ciências de determinadas dotações do Anexo nº 3 do Orçamento-Geral da República.

A PROMULGAÇÃO

Projeto de Decreto Legislativo número 53, de 1965 — (número no Senado); Projeto de Decreto Legislativo nº 98-A-63 — (número na Câmara). — Mantém decisão denegatória de registro ao contrato-escritura de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Onofre Varani, com a anuência do "Pinho e Terras Limitada."

Projeto de Decreto Legislativo número 1, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Decreto Legislativo nº 61-A-63 — (número na Câmara). — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro de contrato celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e o Dr. Aderson Hora Ferro, para compra de terras no Território de Iguazu.

Projeto de Decreto Legislativo número 13, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Decreto Legislativo nº 167-A-59 — (número na Câmara). — Determina o registro pelo Tribunal de Contas, do termo de 31 de dezembro de 1950, firmado entre a União e o Instituto de Assuntos Interamericano.

Projeto de Decreto Legislativo número 31, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Decreto Legislativo nº 262-A-66 — (número na Câmara). — Torna definitivo o ato Tribunal de Contas que ordenou o registro da concessão de reforma ao Sargento do Exército João Peixoto Martins.

Projeto de Decreto Legislativo número 32, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Decreto Legislativo nº 274-B-66 — (número na Câmara). — Aprova o texto da emenda aos Arts. 17 e 18 da Convenção da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental.

Projeto de Decreto Legislativo número 35, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Decreto Legislativo nº 165-B-65 — (número na Câmara). — Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o processo de aposentadoria de Carolina de Mello e Souza Andrade.

Projeto de Resolução nº 48, de 1966. — Nomeia para cargo inicial da carreira de Auxiliar-Legislativo, candidatos habilitados em concurso.

(Apresentado pela Comissão Diretora.)

Projeto de Resolução nº 49, de 1966. — Põe à disposição do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — pelo prazo de dois anos o Taquígrafo, PL-3, Joaquim Corrêa de Oliveira Andrade, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora.)

Projeto de Resolução nº 50, de 1966. — Aposenta José Celestino Pessoa, Chefe do Serviço de Transporte, da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora.)

Projeto de Resolução nº 51, de 1966. — Autoriza a Prefeitura de Belo Horizonte, através do Departamento de Águas e Esgotos, a contrair empréstimo de US\$ 15.000.000 (quinze milhões de dólares) como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID.)

Projeto de Resolução nº 52, de 1966. — Autoriza o Governo do Estado da Guanabara a contrair empréstimo em nome da SURSAN e CADEG, com a A.I.D.

Projeto de Resolução nº 53, de 1966. — Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contrair empréstimo da importância de US\$ 20.000.000 (vinte milhões de dólares), com o Governo dos Estados Unidos da América do Norte, através da A.I.D., destinado à execução do Plano de Equipamento para Manutenção de Rodovias do Estado.

AO ARQUIVO

(Rejeitados)

Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1963 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 2.877-B-57 — (número na Câmara). — Estabelece medidas de proteção à borracha cria o Fundo Nacional da Borracha; transforma a Comissão Executiva de Defesa da Borracha no Conselho Nacional da Borracha e dá outras providências.

(Apresentado pelo Senhor Deputado João Menezes.)

Projeto de Lei da Câmara número 12, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 1.535-B-60 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.400.000, para atender às despesas com o oferecimento de uma estátua de Tiradentes ao Povo e ao Governo da República dos Estados Unidos do México e de uma outra de Castro Alves ao Povo e ao Governo da República do Peru.

Projeto de Lei da Câmara número 218, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 4.690-B-62 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000 (quarenta milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América.

(Apresentado pela Mensagem número 116-62 — Poder Executivo.)

A CAMARA

Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1964. — Dispõe sobre o ingresso na carreira de Agente Fiscal do Imposto de Consumo.

(Apresentado pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres.)

Projeto de Lei da Câmara número 89, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 4.854-B-62 — (número na Câmara). — Concede ampla isenção tributária à COCEA — Companhia Central de Abastecimento, da Câmara dos Deputados.

Projeto de Decreto Legislativo número 21, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Decreto Legislativo nº 236-B-65 — (número na Câmara). — Concede anistia aos eleitores responsáveis por infrações previstas no Art. 289 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, praticadas no Distrito Federal e no Estado de Goiás.

A REDAÇÃO

Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1966. — Dispõe sobre a reabilitação criminal.

(Apresentado pelo Sr. Senador Guido Mondim.)

Projeto de Lei da Câmara número 142, de 1964 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 2.438-C-57 — (número na Câmara). — Institui o seguro obrigatório contra acidentes com passageiros de veículos rodoviários de transporte coletivo.

(Apresentado pelo Sr. Deputado Fernando Ferrari.)

Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 1965 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 4.052-62 — (número na Câmara). — Fixa o grau mínimo pa-

ra aprovação de candidatos ao serviço público federal.

(Apresentado pelo Sr. Deputado Adolfo Vianna.)

Projeto de Lei da Câmara número 146, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Lei nº 2.153-B-64 — (número na Câmara.) — Provê sobre o procedimento sumário para os crimes sujeitos a pena de multa ou de detenção até um ano e dá outras providências.

Projeto de Decreto Legislativo número 6, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Decreto Legislativo nº 147-A-57 — (número na Câmara.) — Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura — Seção de Fomento Agrícola — e o Senhor Juscelino Rêbore da Fonseca, para execução de obras no Posto Agropecuario de Januária.

Projeto de Decreto Legislativo número 26, de 1966 — (número no Senado); Projeto de Decreto Legislativo nº 259-B-66 — (número na Câmara.) — Mantém ato do Tribunal de Contas, de 1 de fevereiro de 1966, de registro sob reserva da concessão de reforma póstuma ao Capitão-Tenente Augusto Henrique da Silva Oliveira.

Projeto de Decreto Legislativo número 27, de 1966 (número no Senado) — Projeto de Decreto Legislativo nº 268-A-66 (número na Câmara) — Reforma rescisão denegatória do Tribunal de Contas da União, proferida em sessão de 11 de dezembro de 1962, para efeito de tornar definitivo o registro da concessão de reforma ao soldado Josias Severino de Freitas.

Projeto de Resolução nº 46, de 1966 — Suspende a execução da Lei número 3.182, de 22 de junho de 1964, do Estado da Paraíba, por inconstitucionalidade, nos termos de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, na representação número 632, em 31 de março de 1966.

Projeto de Resolução nº 47, de 1966 — Suspende a execução do artigo 47 da Lei nº 3.344, de 14 de janeiro de 1965, do Estado de Minas Gerais, por inconstitucionalidade, nos termos de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, na representação número 688, em sessão plenária de 17 de março de 1966.

MENSAGENS APRECIADAS

Mensagem nº 332, de 1966 (número no Senado) — Nº 580, de 12.9.66 (número na Presidência) — Do Senhor Presidente da República submetendo à aprovação do Senado Federal a indicação do Dr. Luiz Carlos Vieira da Fonseca, para exercer o cargo de Diretor do Banco Nacional da Habitação.

Mensagem nº 333, de 1966 (número no Senado) — Nº 581, de 12.9.66 (número na Presidência) — do Senhor Presidente da República submetendo a aprovação do Senado Federal a indicação do Dr. Cláudio Luiz Pinto, para exercer o cargo de Diretor-Superintendente do Banco Nacional da Habitação.

Mensagem nº 335, de 1966 (número no Senado) — Nº 597, de 15.9.66 (número na Presidência) — Do Senhor Presidente da República submetendo à aprovação do Senado Federal a indicação do Dr. José Roberto de Andrade Pinto do Rego Monteiro para exercer, no cargo de Diretor do Banco Nacional da Habitação.

REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES

Requerimento nº 296, de 1966 — Do Sr. Senador Gilberto Marinho, solicitando diversas informações ao

DASP sobre a designação da Comissão prevista no artigo 25 da Lei número 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Requerimento nº 298, de 1966 — Do Sr. Senador Bezerra Neto, solicitando ao Conselho Monetário Nacional informações sobre ampliação das operações do crédito rural.

Requerimento nº 299, de 1966 — Do Sr. Senador Bezerra Neto, solicitando ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico informações sobre contratos de financiamentos assinados no corrente ano pelo FINAME, FUNDECE e FIPEME.

Requerimento nº 300, de 1966 — Do Sr. Senador Gilberto Marinho, solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre pagamento das pensões devidas aos oito artistas brasileiros laureados pela Comissão de Belas Artes, com prêmio de viagem à Europa.

Requerimento nº 302, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Saúde — DNERu — informações sobre extinção dos serviços da Campanha de Erradicação da Malária em Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 303, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Saúde — Departamento Nacional da Criança — informações sobre construção do prédio do Serviço de Puericultura de Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 305, de 1966 — Do Sr. Senador Ermirio de Moraes, solicitando ao Ministério da Aeronáutica informações sobre controle das aeronaves e emissários estrangeiros da USAID — Aliança para o Progresso — que cruzam o espaço aéreo nacional.

Requerimento nº 306, de 1966 — Do Sr. Senador Ermirio de Moraes, solicitando ao Conselho Nacional de Telecomunicações informações sobre permissão para instalação de emissoras de comunicação interna e para o exterior pelas Embaixadas, missões estrangeiras ou legações.

Requerimento nº 307, de 1966 — Do Sr. Senador Ermirio de Moraes, solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre atividades relacionadas com empréstimo ao Brasil pela USAID.

Requerimento nº 308, de 1966 — Do Sr. Senador Ermirio de Moraes, solicitando ao Ministério da Justiça informações sobre tarefas executadas por técnicos da USAID no Brasil, sua localização e quem os paga.

Requerimento nº 309, de 1966 — Do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando ao Ministério da Indústria e do Comércio, informações sobre pagamento do reajuste salarial aos empregados da Fábrica Nacional de Motores S.A.

Requerimento nº 310, de 1966 — Do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando ao Ministério da Viação e

gamento aos técnicos de administração do Lóide Brasileiro e Cia. Nacional de Navegação Costeira, dos níveis 19 e 20.

Requerimento nº 312, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Viação e Obras Públicas, informações sobre a construção das pontes Rio-Niterói e Brasil-Uruguai.

Requerimento nº 313, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Banco Central da República do Brasil, informações sobre "royalties" enviados a diversos países pelos industriais brasileiros.

Requerimento nº 314, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Agricultura — DNERu — informações sobre relatório apresentado pela Agência do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 315, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Fazenda — Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro — informações sobre montante de empréstimos efetuados.

Requerimento nº 316, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre montante da dívida externa do País.

Requerimento nº 319, de 1966 — Do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando ao Ministério da Indústria e do Comércio, informações sobre falências e concordatas ocorridas em São Paulo e Guanabara.

Requerimento nº 320, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Banco Central da República do Brasil, informações sobre o total atual das reservas cambiais em disponibilidade.

Requerimento nº 321, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Educação e Cultura — Campanha Nacional de Merenda Escolar — informações sobre verbas destinadas ao fornecimento das escolas no Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 322, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Banco Central da República, informações sobre a circulação do cruzeiros novo.

Requerimento nº 323, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Indústria e do Comércio — Companhia Siderúrgica Nacional — informações sobre produção de aço.

Requerimento nº 324, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Saúde — Instituto Oswaldo Cruz — informações sobre fabricação de vacinas.

Requerimento nº 326, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério do Planejamento e Coordenação, informações sobre o quadro de seus funcionários.

Requerimento nº 327, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando à Superintendência Nacional do Abastecimento, informações sobre montante de empréstimos.

Requerimento nº 329, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Fazenda — Caixa Econômica Federal do Estado do Rio de Janeiro — informações sobre montante de empréstimos.

Requerimento nº 329, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Fazenda — Casa da Moeda — informações sobre pagamento efetuados às Companhias Thomas de La Rue e Ameri-

can Bank Note, pela impressão de papel-moeda.

Requerimento nº 330, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério das Relações Exteriores informações sobre despesas com decoração do novo Palácio do Itamarati, na Capital da República.

Requerimento nº 331, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre o "quadrado" de funcionários da Delegacia do Tesouro Nacional em Nova Iorque.

Requerimento nº 332, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Agricultura — Serviço de Proteção aos Índios — informações sobre transferência dos índios Guaranis, em Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 333, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Fazenda — Caixa Econômica Federal de Brasília — informações sobre montante de empréstimos efetuados.

Requerimento nº 334, de 1966 — Do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando ao Ministério do Trabalho e Previdência Social informações sobre pagamento do reajustamento das pensões e aposentadorias devidas pelos institutos aos seus associados.

Requerimento nº 337, de 1966 — Do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando ao Ministério da Viação e Obras Públicas informações sobre reparos em navios do Lóide Brasileiro nos estaleiros da Ilha do Mocanguê.

Requerimento nº 338, de 1966 — Do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando ao Ministério do Trabalho e Previdência Social informações sobre instalação de um posto do SAMDU em Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 339, de 1966 — Do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando ao Ministério da Viação e Obras Públicas informações sobre inícia e conclusão do trecho da BR-101, entre os municípios de Rio Bonito e Casimiro de Abreu.

Requerimento nº 340, de 1966 — Do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando ao Ministério do Trabalho e Previdência Social informações sobre instalação de posto do SAMDU em Itaboraí.

Requerimento nº 341, de 1966 — Do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando aos Srs. Ministros do Planejamento e da Fazenda informações sobre pagamento do 13º salário aos servidores públicos.

Requerimento nº 342, de 1966 — Do Sr. Senador Ermirio de Moraes, solicitando ao Ministério das Minas e Energia informações sobre assinatura de contrato com a Union Carbide e o Grupo da Phillips Petroleum.

Requerimento nº 343, de 1966 — Do Sr. Senador Ermirio de Moraes, solicitando ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico informações sobre assinatura de contratos com relação a financiamento da nossa petroquímica com a Union Carbide ou com o grupo da Phillips Petroleum.

Requerimento nº 344, de 1966 — Do Sr. Senador Ermirio de Moraes, solicitando à Presidência da República, através do Conselho Nacional do Petróleo, informações sobre entrega a grupos estrangeiros dos subprodutos de nossas refinarias.

Brasília (DF), 12 de outubro de 1966. — Célia Tereza Assunção — Chefe da Seção do Protocolo Geral. — Vicente de Paula de Souza Lopes, Aux. Legist., PL-10.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

BALANCETE DO MES DE JULHO — 1966
RECEITA

	Cr\$	Cr\$
31 — Receita de Previdência:		
311 — Contribuições		
10 — Cont. Segurados Obrigatórios		
01 — Da Câmara	27.081.000	
11 — Cont. Segurados Facultativos		
01 — Da Câmara	23.446.350	
02 — Do Senado	19.413.399	
03 — Pensionistas	4.228.081	
29 — Desconto de diárias		
01 — Da Câmara	23.901.000	
312 — Contribuições Especiais		
10 — Contribuições de Carência		
01 — De Segurados Obrigatórios	100.000	
11 — Cont. de Mandato Estadual		
01 — De Segurados Obrigatórios	1.620.000	
02 — De Segurados Facultativos	1.440.000	105.329.731
32 — Rendas Patrimoniais:		
323 — Renda de Capitais Aplicados em Empréstimos		
20 — Emprést. simples em Consignação	113.951.692	
34 — Receitas Especiais:		
441 — Juros de mora	104.780	
Total da Receita	218.926.123	

DESPESA

	Cr\$	Cr\$
51 — Despesa de Previdência e Assistência:		
511 — Benefícios		
10 — Aposentadorias Ordinárias		
(Pensões a Contribuintes	60.738.802	
20 — Pensões Ordinárias		
(Pensões a Beneficiários)	4.799.600	
21 — Pensões Especiais		
(Pens. Beneficiários Especiais)	125.775	
519 — Diversas Despesas Previdência		
10 — Restituições de Contribuições	488.400	
20 — Pago a maior nas pensões	30.006	66.182.583
62 — Empréstimos:		
822 — Despesas do Serv. de Empréstimos		
simples	501.000	
50 — Pago a maior de empréstimos	10.000	511.000
Total da despesa		66.693.583
Saldo do mês		152.292.540
Total da Receita		218.926.123

Senador Cássio Pinheiro, Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade
1º Vice-Presidente — Nogueira da
2º Vice-Presidente — Vivaldo Lima.
1º Secretário — Dinarte Mariz.
2º Secretário — Gilberto Marinho

3º Secretário — Barros Carvalho
4º Secretário — Cattete Pinheiro.
1º Suplente — Joaquim Parente
2º Suplente — Guido Mondim
3º Suplente — Sebastião Archer.
4º Suplente — Raul Giuberti.

Liderança

DO GOVERNO

Lider — Daniel Krieger

DA ARENA

Lider — Filinto Müller

Vice-Líderes

Rui Palmeira — Antônio Carlos — Wilson Gonçalves

DO MDB

Lider — Aurélio Vianna

Vice-Líderes — Bezerra Neto — João Abrahão

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA

TITULARES

Eugênio Barros
José Feliciano
Lopes da Costa
Antônio Carlos
Júlio Leite

SUPLENTE

Vivaldo Lima
Aldino Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Zacharias de Assumpção

M D B

Argemiro de Figueiredo
José Ermírio

Nelson Maculan
Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos

Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
Jefferson de Aguiar
Aldino Fontana
Aldino Fontana
Eduardo Rezende
Milton Campos
Gay da Fonseca

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Daniel Krieger
Menezes Pimentel
Benedicto Valadarez
Melo Braga
Vasconcelos Torres

MDB

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Bezerra Neto
Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
Adalberto Sena
Edmundo Levi
Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-6.
Reuniões: 4ªs.-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Pérciles

Vice-Presidente: Lope da Costa

ARENA

TITULARES

Eurico Rezende
Heribaldo Vieira
Lopes da Costa
Melo Braga
José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Zacharias de Assumpção
Benedicto Valadarez
Vasconcelos Torres

MDB

Aurélio Vianna
Silvestre Pérciles

Oscar Passos
Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA

TITULARES

Atílio Fontana
Júlio Leite
José Feliciano
Melo Braga
Domicio Gondim
Adolpho Franco

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
José Leite
Sigefredo Pacheco
Zacharias de Assumpção
Dix-Huit Rosado
Gay da Fonseca

MDB

Nelson Maculan
Pedro Ludovico
Arthur Virgílio

José Ermírio
João Abrahão
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15.30 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
Padre Calazans
Gay da Fonseca
Arnon de Melo
José Leite

SUPLENTE

Benedicto Valadarez
Afonso Arinos
Melo Braga
Sigefredo Pacheco
Antônio Carlos

M D B

Antônio Balbino
Josaphat Marinho

Arthur Virgílio
Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA

TITULARES

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Adolpho Franco
José Leite
Domicio Gondim
Manoel Villaca
Lopes da Costa

SUPLENTE

Atílio Fontana
José Guilomard
Eugênio Barros
Menezes Pimentel
Antônio Carlos
Daniel Krieger
Júlio Leite
Gay da Fonseca
Melo Braga
Filinto Müller

M D B

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
João Abrahão
Oscar Passos
Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
Josaphat Marinho
José Ermírio
Lino de Mattos
Silvestre Pérciles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
Vivaldo Lima
Lopes da Costa
Eurico Rezende
Eugênio Barros

M D B

José Ermírio
Nelson Maculan

Aarão Steinbruch
Pessoa de Queiroz

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Heribaldo Vieira

Vice-Presidente: Senador José Cândido

ARENA

TITULARES

Vivaldo Lima
José Cândido
Eurico Rezende
Zacharias de Assunção
Atílio Fontana
Heribaldo Vieira

SUPLENTE

José Guimarães
José Leite
Lopes da Costa
Eugenio Barros
Jônão da Silveira
Manoel Vilaga

MDB

Aarão Steinbruch
Edmundo Levi
Ruy Carneiro

Antônio Balbino
Aurélio Viana
Bezerra Neto

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josephat Marinho

Vice-Presidente: Domício Gondim

ARENA

TITULARES

Domício Gondim
Jefferson de Aguiar
Benedicto Valladares
José Leite
Lopes da Costa

SUPLENTE

Afonso Arinos
José Feliciano
José Cândido
Mello Braga
Filinto Müller

MDB

Josephat Marinho
José Esmirio

Argemiro de Figueiredo
Nelson Maculan

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Vilaga.

ARENA

TITULARES

Manoel Vilaga
Sigefredo Pacheco
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Dir-Huit Rosado

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Lopes da Costa
Antônio Carlos
Domício Gondim

MDB

Aurélio Viana
Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves
Antônio Carlos
Gay da Fonseca
Eurico Rezende
José Guimarães

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Rui Palmeira

MDB

Bezerra Neto
José Esmirio
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Aurélio Viana
Ruy Carneiro

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Mattos

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

Antônio Carlos
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Dir-Huit Rosado

MDB

Bezerra Neto
Lino de Mattos

Edmundo Levi
Silvestre Paranhos

Secretário: Sarah Anahão

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Senador Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Rui Palmeira
Vivaldo Lima
Antônio Carlos
José Cândido
Padre Calazans

SUPLENTE

José Guimarães
Victorino Proença
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira

MDB

Aarão Steinbruch
Aurélio Viana
Oscar Passos
Pessoa de Queiroz

Argemiro de Figueiredo
João Abrantes
Nelson Maculan
Ruy Carneiro

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas.